



Rumo a Beijing

Mulheres de todo o mundo se preparam para a IV Conferência Mundial dedicada a elas, a ser realizada em setembro, na capital da China



Desde 1975, ano da primeira Conferência da ONU sobre a Mulher, muito se avançou

**Beatriz Bissio
Patrícia Costa**

Muitas foram as batalhas; importantes, também, são as conquistas. Para a maioria das mulheres de todo o mundo, os últimos 20 anos marcaram uma época de intensa e movimentada luta pelos seus direitos.

Um dos períodos de virada foi 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Nesse momento, teve lugar a Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México, que aprovou um Plano de Ação com diretrizes que seriam adotadas pelos governos para assegurar a igualdade de direitos entre os dois gêneros e para promover uma maior participação feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Este Plano foi endossado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclamou o período 1976-1985 como a Década da Mulher. Uma das consequências dessa decisão foi a criação de fundos e agências especializadas da ONU para tratar da problemática feminina, como por exemplo a Unifem.

Ainda em 1979, a ONU elaborou e adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

Contra a Mulher, da qual participam, hoje, 133 países, entre eles o Brasil, que a assinou em 1979 e ratificou (no Congresso) em 1983.

Em 1980, em Copenhague, Dinamarca, a II Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher avaliou os passos dados em direção à igualdade. Constatou-se que, apesar dos esforços, poucos avanços tinham sido conseguidos. Em função disso, foi elaborado um programa de ação para a segunda metade da Década da Mulher, que enfatizava as campanhas em prol da educação, o emprego e a saúde, três reivindicações dos movimentos feministas.

Cinco anos depois, foi realizada em Nairóbi, Quênia, a III Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, onde foram adotadas as "Estratégias Futuras de Nairóbi para o Desenvolvimento da Mulher no Ano 2000", uma força a mais para implementar as suas reivindicações. Na verdade, já a essa altura, a ONU tinha claro que a luta pela promoção feminina não interessava somente a esse contingente da sociedade. Pelo contrário, todos os estudos demonstravam que, para se atingir o desenvolvimento, a participação ativa da mulher é um dos elementos chave.

Em 1990, constatou-se que a comunidade internacional havia se tornado

mais consciente e sensível aos temas relacionados à situação feminina; no entanto, os fatos mostravam que essa tomada de consciência não tinha tido desdobramentos na implementação das políticas recomendadas pela ONU.

Novos problemas – Daí a IV Conferência Mundial – a ser realizada em setembro deste ano em Beijing, China – ter como objetivo reavaliar os avanços desde 1985, em função das estratégias definidas em Nairóbi, com vistas à sociedade do ano 2000. Para isso, serão mobilizados homens e mulheres – tanto os formuladores de políticas públicas como os membros da comunidade em geral – para aprofundar o sentido dessas metas.

Novos temas, como a violência, o assédio sexual, o tráfico e a prostituição feminina e os direitos reprodutivos serão incorporados à agenda. Ela inclui ainda a definição de uma Plataforma de Ação a respeito dos obstáculos para o avanço das mulheres, como pobreza, falta de consciência, a questão das refugiadas e o acesso à tecnologia.

Com o tema "Ação pela Igualdade, Desenvolvimento e Paz", a conferência – cuja secretária-geral é a tanzaniana Gertrude Manguella – pretende discutir a tese de que sem paz e sem igualdade é impossível haver desenvolvimento.



Desde a Conferência do México, os movimentos de mulheres organizam fóruns paralelos para debater a sua própria agenda. Wânia Sant'Anna afirma que as mulheres brasileiras estão vendo com otimismo a preparação da Conferência de Beijing

Mas o debate em Beijing não vai se limitar ao oficial, de nível governamental. Desde a primeira conferência, realizada no México, os movimentos de mulheres de todo o mundo iniciaram o que agora é uma tradição nas reuniões de cúpula das Nações Unidas: organizaram fóruns paralelos para debater a sua própria agenda e apresentar propostas. Essas conferências paralelas — das quais participam organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, etc. — a cada nova instância mostram

uma maior capacidade de articulação da sociedade civil. Nesse sentido, o pioneirismo da idéia é dos movimentos femininos, que hoje têm uma significativa organização mundial.

Com base nessa experiência, outras conferências das Nações Unidas, como a realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 (sobre meio ambiente e desenvolvimento), a do Cairo (sobre população, ocorrida em setembro do ano passado) e a recente Cúpula Social (*ver matéria de capa desta edição*) também têm contado com a ativa participação de

ONGs e, em particular, do movimento de mulheres.

Os preparativos no Brasil — O processo de preparação da conferência oficial foi coordenado no nosso país pela Divisão das Nações Unidas (DNU) do Itamaraty, sob a orientação do embaixador José Augusto Lindgren. A advogada feminista Luiza Naguib Eluf, que assumiu recentemente a Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, foi a relatora do documento oficial.

Quanto ao trabalho desenvolvido

Mudar prioridades

A Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, ocorrida em Copenhague, Dinamarca, no mês passado, foi muito importante para o movimento mundial de mulheres, segundo a jornalista Thaís Corral, diretora do Centro de Projetos da Mulher (Cemina), com sede no Rio de Janeiro: “Houve um reconhecimento consagrado de que o *lobby* feminino tem sido o mais efetivo ao longo de todos os encontros mundiais, nas últimas décadas. Hoje, esse espaço é altamente respeitado por governos, técnicos, especialis-

tas e representantes. Isso dá muita visibilidade para as mulheres, dá força ao movimento, consolida um espaço conquistado.”

Os temas abordados — desemprego, pobreza e integração social — foram finalmente reconhecidos como decorrentes do sistema econômico vigente. “Foi muito importante os governos admitirem que tais problemas afetam o desenvolvimento e só podem ser resolvidos dentro do contexto mundial. Fugir do tratamento dessas questões já não é possível”, ressalta Thaís.

Em relação ao movi-

mento de mulheres especificamente, Thaís explica que foi lançada a Campanha dos 180 Dias/180 Maneiras, iniciada dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) e que acabará em 6 de setembro, durante a conferência de Beijing: “A idéia é que as mulheres no mundo inteiro lancem pequenas campanhas dentro da sua área de ação. É uma maneira muito criativa de mostrar que estamos trabalhando e lutando por nosso espaço, fazendo a nossa parte, embora não apareçamos na mídia.”

Ainda em Copenhague,

as representantes brasileiras lançaram, por exemplo, a campanha “As mulheres apresentam a conta”. A intenção é mostrar a importância do trabalho feminino na esfera doméstica, que nunca foi valorizado, reconhecido e remunerado.

“É neste espaço que toda crise tem maior impacto e as conseqüências sempre, de algum modo, são absorvidas pelas mulheres. Por isso, elas vão apresentar uma conta simbólica, pelos seus serviços”, explica Thaís. É um trabalho de formiguinha das brasileiras, onde são desenvolvidas as possibilidades locais através das potencialidades pessoais.

Tudo isso é uma forma

Origens

para a próxima conferência pelas brasileiras, os preparativos começaram em janeiro de 1994, quando foi formada a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95. Hoje são 24 estados articulados (exceto Mato Grosso do Sul, Tocantins e Roraima) através de mais de 400 grupos e fóruns especialmente criados para elaborar diagnósticos estaduais. O objetivo é traçar um perfil completo da situação da mulher brasileira.

A Secretaria Executiva de Articulação Nacional, cuja sede se encontra no Rio de Janeiro¹, tem a função de captar recursos e repassá-los aos fóruns estaduais, promovendo também o intercâmbio de informações e experiências com outros países.

A historiadora Wânia Sant'Anna, assistente de direção da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)² destaca que o movimento de mulheres no Brasil está otimista com relação à Conferência de Beijing. "O encontro no Cairo mostrou como o governo brasileiro incorporou bem as reivindicações das mulheres", afirma.

Mas Wânia demonstra cautela: "Sabemos que isso ocorreu porque a problemática da população e do desenvolvimento ficou limitada às situações relacionadas à reprodução, deixando de fo-

ra as considerações relacionadas ao meio ambiente, consumo, impactos ambientais, etc."

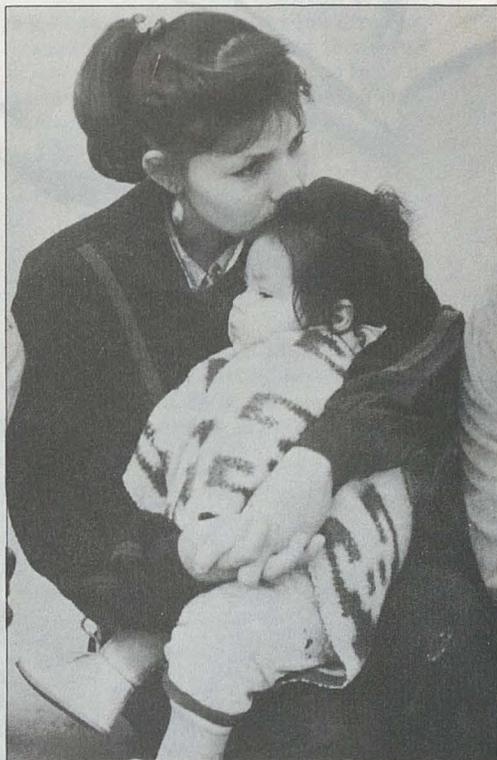
Em Beijing, todos os temas ligados às mulheres deverão ser considerados, e, como são muitos, a tendência é priorizar alguns em detrimento de outros. "Essa é uma tendência forte no Brasil, o que causa uma certa fragilidade ao nosso governo", explica.

Diagnósticos locais - Desde janeiro de 1994, seminários, encontros e estudos realizados pelas mulheres de todo o Brasil resultaram em diagnósticos locais, com os quais foi elaborado um dossiê que, por sua vez, será discutido e aprovado num encontro nacional. "Este será o documento definitivo das mulheres brasileiras para Beijing", explica a historiadora.

O encontro, chamado Conferência Nacional Preparatória, ocorrerá em maio, no Rio de Janeiro, e terá como objetivo prioritário sistematizar e aprovar esse documento alternativo feminino. Mas, ao mesmo tempo, serão avaliados o relatório oficial e a plataforma de ação mundial lançada pela ONU. Ao estudar o texto, as mulheres poderão entender melhor a posição defendida pelo governo brasileiro.

Wânia afirma que há poucos pontos divergentes entre o documento oficial e o do movimento de mulheres: "O que ocorre é que alguns temas não foram explorados em profundidade nos cinco seminários nacionais³ organizados pelo governo para elaborar o documento, como, por exemplo, o tráfico de mulheres brasileiras."

Segundo ela, é fundamental saber o que o governo vai fazer de concreto para defender a integridade das mulheres nessa situação e quais são os compromissos que ele vai assumir. "O nosso documento tem esse propósito,



No Cairo, a problemática da população e do desenvolvimento ficou limitada às situações relativas à reprodução

identificar um problema, apresentar uma estratégia de solução e de comprometimento do governo com ela. Queremos ver como o Brasil vai se comportar em determinadas áreas críticas que nós também reconhecemos como tais", afirma.

O processo de aproximação entre o governo e o movimento de mulheres tem sido interessante e produtivo. Porém, na opinião de Wânia, são necessárias ações no âmbito da cultura para as mudanças serem possíveis. Nesse sentido, os meios de comunicação são prioritários: "A democratização da informação tem que ser acompanhada de uma política de comunicação em prol de uma sociedade mais igualitária", conclui. ■



Thaís Corral: em busca de uma nova sociedade

de promover uma transformação de prioridades: "A voz das mulheres ao longo dessas conferências mundiais é por uma mudança de lógica. Por que os governos dão a maior parte de seu orçamento para indústria bé-

lica? Vamos mudar isso. Deve-se gastar com educação, saúde e bem-estar."

Deve-se começar a pensar em direitos coletivos e não "nessa tendência de individualização dos direitos, que agrava a hierarquização e dificulta o desenvolvimento". É a busca por uma nova sociedade. Tais propostas serão levadas pelas mulheres para Beijing.

A heterogeneidade do Brasil é, segundo Thaís, fonte de ricas soluções para nossos problemas: "De maneiras diferentes, todas as mulheres falam de um mesmo tema, a busca da qualidade de vida através da mudança de prioridades."

¹A sede da Articulação fica na Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo, Rio de Janeiro. CEP 22270-070. Tel: (021) 246-0788 e Fax: (021) 286-1209

²Wânia Sant'Anna é *master* em "Mulher e Desenvolvimento" do Institute of Social Studies (ISS) da Holanda e correspondente no Brasil da revista *Mujer/Fempres*

³Para a elaboração do Relatório Nacional, o governo brasileiro organizou seis seminários nacionais, cada um deles com temas específicos. Foram realizados em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Brasília.